

1 Ata da Reunião Ordinária de nº 291 do Conselho Municipal de Saúde de Arapongas – CMS, realizada na
2 data de 10 de fevereiro de 2021 às 19h30 nas dependências do Auditório do Paço Municipal – 1º andar.
3 Com a presença dos seguintes membros, no Segmento de Gestores dos Sr. (a) Moacir Paludetto Junior
4 – Titular - SEMUS e Elizabeth Fernandes Penha – Suplente da SEMUS; no Segmento de Prestadores
5 Srs (as). Márcia Cristina Krempel – Titular – HONPAR e Durval Yukio Kuwano – Titular – Irmandade
6 Santa Casa de Arapongas; no Segmento de Trabalhadores, Srs. Eucir Antônio Zanatta – Titular –
7 SINDSAÚDE; Sérgio Donizete Azevedo – Titular – SISPAMAS e Alecsandro de Andrade Cavalcante –
8 Titular – SIMEPAR; no Segmento de Usuários Srs (as), Maria Madalena Carneiro – Suplente – Ong Olho
9 D’ Água; Antonio Jorge Magro – Titular – Associação de Moradores Ulisses Guimarães; Francisco
10 Robério Peres da Cunha – Titular - Pastoral da Criança; Durvalino de Almeida Filho – Suplente –
11 Pastoral da Criança; Ìyálorísá Joilda Pereira de Jesus – Titular - Entidade Religiosa Ilé Àse Ti Tóbi Ìyá
12 Àfin Òsùn Alàkétu, e do então Secretário Executivo Ad Hoc Sr. Raul Rodrigo da Silva. Verificada a
13 obtenção de quorum o Presidente Eucir deu início a Reunião, ensejando boa noite aos Conselheiros e
14 informando sobre o Ofício expedido pela Pastoral da Criança no qual apresenta a indicação do Sr.
15 Durvalino como representante Suplente da Entidade e desejando boas vindas a este. Informa que o
16 Conselheiro Moacir tem um tema a tratar sobre o Processo de Terceirização do 24 horas e com
17 prosseguimento expõe os assuntos de pauta, sendo o 1º – Aprovação da Ata nº 289, a qual já foi
18 encaminhada aos membros para análise, e questiona se há alguma correção a fazer. Nesta ocasião, a
19 Conselheira Ìyá Joilda se refere as linhas para realização da correção ortográfica , totalizando-as em 13,
20 assim como o Conselheiro Alecsandro aborda sobre a correção na linha de número 08, para o nome do
21 Sr. José Colombino Grassano. Com a finalização das revisões e não havendo outros contrastes, foi a
22 aprovada da Ata, e o Presidente expressa ao Plenário que tem pendências das Atas de nº 288 e 290,
23 não sendo possível a realização das mesmas devido ao final do ano, frisando ainda que estas serão
24 disponibilizadas posteriormente. Com andamento Zanatta questiona aos Conselheiros se há alguém que
25 gostaria de fazer alguma inclusão nos informes e não havendo manifestação prossegue citando a
26 Resolução de Nº 05 de 09 de Dezembro de 2020, que trata de aprovação AD REFERENDUM da
27 Alteração do Plano Plurianual Municipal de Saúde 2018/2021 diante da Pandemia COVID – 19; faz a
28 leitura da Resolução Nº 06 elaborada na mesma data para nomeação dos membros para compor as
29 Comissões Permanentes, e informa que houve alteração na Comissão de Fiscalização no Segmento de
30 Usuários, com substituição do Sr. Antonio Magro para Sra. Aline Tassiara, sua Suplente. O Presidente
31 Zanatta menciona também que a vacância na Comissão de Finanças foi preenchida pela representante
32 de Usuários Conselheira Alzira Maria da Silva Rocha, tendo enviado um convite a Entidade Pastoral da
33 Saúde; realizado também a substituição do Conselheiro Robério na COMFIN pela Conselheira Maria
34 Madalena Carneiro, pois o mesmo fazia parte de duas Comissões com assuntos próximos. Trata da
35 Resolução de Nº 07 de 10 de Dezembro de 2020, com a indicação da Conselheira Roseli Martauro
36 Marinho, representante do Segmento de Usuários a compor a Comissão de Acompanhamento das
37 Contratualizações Hospitalares junto a 16º Regional de Saúde do Estado do Paraná / Apucarana; da
38 Resolução de Nº 08 de 15 de Dezembro de 2020 que aprova AD REFERENDUM a Alteração da
39 Programação Anual 2020 diante da Pandemia. Ato contínuo, informa sobre o AD REFERENDUM
40 003/2020 do CMS à SEMUS, que considera a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, destinada a
41 construção de 03 Unidades Básicas de Saúde nas regiões dos bairros Alto da Boa Vista (São Bento),
42 Ulysses Guimarães e Campinho, com aprovação em Plenária de Nº 289 de 14 de Outubro de 2020. Faz
43 referência ao Ofício nº 019 /2020, que o CMS comunica a Entidade UAMMA – União das Associações de
44 Moradores do Município de Arapongas, que após verificação de ausência em 100% das Plenárias
45 presenciais e/ou por mídias, ocorridas durante o ano de 2020, por parte dos representantes Sra. Maria
46 Adelaide Oliveira Cireia e Adriano Lemos, solicita justificativa e correções, reiterando a solicitação
47 através do Ofício de nº 01 datado em 06 de Janeiro de 2021. Neste contexto, Zanatta relata que obteve
48 resposta da UAMMA em 20 de Janeiro de 2021, sendo que não foi justificado as ausências, porém
49 realiza a indicação da Sra. Maria de Fátima Grego como titular, passando a Sra. Maria Adelaide como
50 suplente, o Presidente diz que essa temática será reportada à Comissão de Ética para análise e parecer.
51 Segue informando sobre os Ofícios de nº 20 de 17 de Dezembro, que trata do documento do DigiSUS,
52 no qual após apresentações dos Relatórios de Gestão Quadrimestral referentes ao ano de 2018,
53 foram aprovados o Primeiro Relatório Quadrimestral – Reunião Plenária Nº 264 de 13 de Junho de
54 2018, o Segundo Relatório Quadrimestral – Reunião Plenária Nº 269 de 14 de Novembro de 2018,
55 e o Terceiro Relatório Quadrimestral – Reunião Plenária Nº 273 de 13 de Março de 2019. Assim
56 como o Ofício de Nº 21 de 18 de Dezembro de 2020 que também aborda sobre as apresentações dos
57 Relatórios de Gestão Quadrimestral referentes ao ano de 2019, sendo aprovados o Primeiro
58 Relatório Quadrimestral – Reunião Plenária Nº 276 de 19 de Junho de 2019, o Segundo Relatório
59 Quadrimestral – Reunião Plenária Nº 280 de 16 de Outubro de 2019, e o Terceiro Relatório
60 Quadrimestral – Reunião Plenária Nº 285 de 18 de Março de 2020. Com prosseguimento, o
61 Presidente menciona de Recomendação Administrativa SESA de 28 de Janeiro de 2021 sobre
62 Grupos Prioritários na vacinação contro o COVID-19, de Ofício nº 15/2021 do Ministério Público -

63 Grupo GEPATRIA, no qual faz uma Recomendação Administrativa diante das Contas Públicas para
64 compra de bens de consumo, mas que gostaria de abrir as duas questões que são pautas após a
65 apresentação do DigSus e orienta aos Conselheiros que o documento foi preenchido e se estes
66 quisessem se apropriar do assunto, haveria a possibilidade de realizar a impressão das páginas e
67 enviá-las, aborda que referente ao ano de 2020 é possível darmos melhor condução e interagirmos
68 na tomada e oferta de informação, já daquilo que foi feito em 2018, 2019 apenas inclusão dos
69 dados, podendo então ser colocado 2020 como pauta. O Presidente Zanatta ao iniciar a
70 apresentação do DigiSUS, expressa que terá como modelo o ano de 2019 e cita o Plano Plurianual
71 de 2018 / 2020, a Programação Anual que está sendo introduzida em cada um dos Planos com a
72 vigência em 2020; informa que para cada ano tem os descritivos do 1º Quadrimestre, 2º
73 Quadrimestre, 3º Quadrimestre e o Relatório Anual de Gestão, e orienta que para fechar este, é
74 necessário fechar cada um e no RAG introduzir o expediente que foi colocado podendo ser em
75 forma de Resolução, mas que foi realizado em forma de Ofício. Com a palavra o Presidente Zanatta
76 segue mencionando que 2018 tem informações sobre Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores e
77 expõe que há dados que o Conselheiro e Secretário de Saúde Moacir apresenta dentro da
78 Programação Plurianual, a qual já fora apresentada e enfatiza que não é possível discutir ponto a
79 ponto, mas aborda que apenas para se ter uma ideia, na Diretriz 01 há o Fortalecimento Materno
80 Infantil e se tem Aumentar o Percentual de Gestão, realizar Vigilância Ativa, ou seja, diversas ações
81 e reporta aos Conselheiros que se estes quiserem ter mais propriedade, poderia ser feito um ponto
82 a ponto por técnico da SEMUS para abordar cada uma das questões, talvez junto com a
83 profissional Sra. Clara. Ato Contínuo, o Presidente Zanatta cita as demais diretrizes, informando na
84 2º Diretriz – O Fortalecimento da Urgência e Emergência; na 3º Diretriz – O Fortalecimento da
85 Atenção Psicossocial; na 4º Diretriz tem – O Fortalecimento da Rede de Saúde Bucal; na 5º Diretriz
86 – Implantação da Rede de Saúde do Idoso; na 6º Diretriz – O Fortalecimento da Organização da
87 Atenção Básica; na 7º Diretriz – Fortalecimento das Ações de Promoção da Saúde; na 8º Diretriz –
88 O Fortalecimento da Regulação e dos Acessos aos Serviços; na 9º Diretriz aborda sobre – O
89 Fortalecimento da Gestão dos Serviços Próprios; na 10º Diretriz – O Fortalecimento da Política de
90 Assistência Farmacêutica; na 11º Diretriz – O Fortalecimento da Política de Vigilância em Saúde; na
91 12º - O Fortalecimento da Gestão do Trabalho da Educação Permanente em Saúde; na 13º Diretriz
92 – Fortalecimento do Controle Social, Conselho Municipal de Saúde, Ouvidoria do SUS como
93 Instrumento de Gestão e Cidadania. Sobre esse fato o Presidente ressalta aos Conselheiros que já
94 foi acordado entre o Secretário de Saúde Moacir e a Sra. Cleusa responsável pela Ouvidoria de
95 Saúde do Município o fornecimento das demandas do Setor de forma qualitativa e quantitativa para
96 o CMS e que já houve a entrega do relatório do mês de janeiro/2021 para o Conselho, enfatiza que
97 será seguido uma rotina e precisará verificar a forma de trabalho com essas informações, se estas
98 primeiramente serão tratadas pela Mesa Diretiva e posteriormente ao Plenário, ou designar a um
99 responsável e finaliza abordando sobre a 14º Diretriz – Qualificação da Gestão e do Financiamento
100 de Saúde. O Presidente menciona que estas diretrizes significam a Pactuação Interfederativa,
101 dentro da Programação Plurianual e retoma a apresentação referente ao ano de 2019 de todas as
102 informações necessárias contidas no Sistema foram comentadas e que foram preenchidas os
103 quadros. Aborda sobre o parecer que foi enviado ao Sistema, cita que o Conselho não realizou
104 análises e avaliações sobre os Dados Demográficos de Morbimortalidade e que apenas surgiram
105 uns poucos comentários em Plenária, não sendo tratado esse assunto, ao que a Conselheira
106 Márcia comenta que os relatórios quadrimestrais foram apresentados. O Conselheiro Robério
107 menciona que não houveram realmente avaliações. O Presidente Zanatta diz que foi visto, porém
108 enfatizando novamente que não foi avaliado e que essas informações são de dados anteriores e
109 que apresentam regularmente as informações. Neste contexto o Conselheiro Alecsandro pede a
110 palavra e diz que existe razão para a Conselheira Márcia fazer esta colocação e aborda que é como
111 se estivesse dando valor comercial, aprovando sem pensar, que não foi aprofundado, mas foi
112 avaliado e aprovado em Plenária do Conselho, ressalta que levantou essa questão em reunião
113 virtual que existe uma necessidade em conhecer e aprimorar, que não está sendo apropriado e
114 avaliado, sendo aprovado sem avaliar e indaga se está faltando tempo para ser avaliado para poder
115 aprovar, sugerindo que talvez tenha que dividir a reunião para apresentação da prestação de contas
116 em duas ou três vezes para poder dissecar cada um dos tópicos. O Presidente Zanatta se reporta
117 ao Conselheiro Alecsandro, expondo que fica a sugestão como acham que esse texto deveria ser
118 feito e questiona ao Conselheiro Moacir se o mesmo tem alguma sugestão, este diz que concorda
119 com a colocação da Márcia que para análise precisava do GT para analisar os dados, mas quando
120 traz esses dados e deixa aberto para que possa ser discutido pelo Conselho, ele está propriamente
121 outorgando o Relatório Quadrimestral e menciona que no mínimo estão de acordo, não sendo papel
122 do Conselho fazer a análise técnica. A Conselheira Márcia expõe que quando tem a Reunião da

123 Comissão do POA tem representante do Conselho que faz parte, como da Santa Casa e HONPAR
124 e é discutindo sobre os internamentos, quantidade de suicídio e ressalta que há muitos dados
125 epidemiológicos nessa reunião. Perante o mencionado o Presidente Zanatta pergunta o que poderia
126 colocar na consideração e nesta ocasião há vários posicionamentos entre os Conselheiros
127 Alecsandro, Márcia, Robério, Sérgio e Zanatta, objetivando chegar a um acordo sólido. A
128 Conselheira Márcia pergunta ao Presidente do Conselho se não tem representante no Comitê de
129 Morbimortalidade Materno Infantil, ao que Presidente Zanatta responde que não, que precisará
130 verificar essa questão e prossegue relatando que oportunamente fará a substituição, pois está
131 como membro do Comitê de Inspeção Municipal e que indicará o Conselheiro Sérgio para compô-
132 la, uma vez que este já está de certa forma vinculado através da Vigilância Sanitária. Cita que sobre
133 o Comitê de Saúde Mental os Conselheiros que fazem parte são os Conselheiros Alecsandro,
134 Moacir e Zanatta, no qual as atividades estão suspensas pela Pandemia. O Presidente volta a
135 enfatizar que dizer que não acompanhamos certas informações, não é isenção e também não é
136 vergonha alguma, que se está fazendo inclusive uma ponderação em 2020 sobre atos de 2018 e
137 que o Cons. Alecsandro afirmou que o mesmo havia aprovado, mas ressalta que não teve
138 ponderação sobre essas informações e que o Conselho também não teve, porém não criando
139 ambiente negativo algum para Secretaria de Saúde. Que poderia ser colocado que o Conselho
140 Municipal de Saúde acompanhou os dados de Morbimortalidade dentro dos Relatórios
141 Quadrimestrais, não realizando a análise e avaliações, voltando assim a um debate entre os
142 Conselheiros. O Presidente Zanatta afirma que em cada quadrimestre terá a mesma resposta e
143 segue informando que sobre os Dados de Produção do Serviço do SUS, foi constatado no parecer
144 que o Conselho Municipal de Saúde realizou análises e avaliações sobre os dados de produção dos
145 serviços do SUS em âmbito Municipal, sendo suas apreciações realizadas em reuniões Plenárias.
146 Faz referência que esses dados são os que o Conselheiro Moacir traz na apresentação
147 quadrimestral e sobre a Rede Física de Prestador considerou que o Conselho Municipal de Saúde
148 diante da Rede Física Prestadora de Serviço do SUS entende ser adequadas em suas extensões e
149 cobertura, porém observado haver necessidade de implementação local da Rede Especializada,
150 assim como aquelas Unidades de Atenção Básica hoje existentes adaptadas em áreas residenciais,
151 através de edificações de áreas próprias e com edificações dentro dos padrões estabelecidos para
152 Estabelecimentos Assistenciais em Saúde-EAS. Orienta aos Conselheiros sobre a pontuação
153 mencionada, que diante da rede existente física e de prestadores há a necessidade de
154 aprimoramento, de implementação para local da Rede Especializada, como o CISVIR e outras
155 especialidades e também para a Rede de Atenção Básica. Aborda que na Gestão do Prefeito Sérgio
156 Onofre estão sendo construídas várias Unidades, adequadas e reformadas e questiona ao
157 Conselheiro Moacir indagando quantas unidades ainda estão em áreas residenciais, ao que o
158 mesmo afirma que são 50% e complementa com a notícia que das Unidades de Saúde solicitadas
159 para o Ulisses, Campinho e Alto da Boa Vista, o Governo do Estado aprovou sendo a primeira a ser
160 construída, a UBS do Ulisses Guimarães e em relação ao repasse de recursos, a primeira parcela
161 foi paga, frisando que acompanhará de perto, e é uma conquista ter uma Unidade de Saúde de fato,
162 pois não é um prédio cedido, cita que a primeira parcela foi paga para dar início aos projetos, e a
163 licitação será feita esse ano, assim como o início das obras, e as outras duas Unidades acredita
164 que o Governo do Estado aprove mais uma esse ano. O Presidente Zanatta segue apresentando
165 sobre os dados quantitativos dos Profissionais de Saúde, quantos trabalham de fato e a forma de
166 contratação dentro do Sistema Público, menciona que considerou que o Conselho Municipal de
167 Saúde não realizou análises sobre a temática de Profissionais de Saúde trabalhando no SUS. Faz
168 referência sobre item 07 - Programação Anual de Saúde e nesta ocasião o Conselheiro Alecsandro
169 pergunta se não está sendo tudo parecido, também se não tem como fazer uma análise geral
170 panorâmica em todos os itens. O Presidente afirma que não, dizendo que o que foi colocado em um
171 foi colocado nos outros e que cabe a Plenária pensar como será feito para responder o do ano de
172 2020. No item 08 Indicadores de Pactuação Interfederativa, ponderou que o Conselho Municipal
173 recebeu as informações referentes a Programação Anual de Saúde, base 2019, contendo
174 indicadores de Saúde, também para instrumento de Pactuação Interfederativa, sendo essa
175 apresentada em Reunião Plenária 274 de 24 de Abril, porém não tendo o Conselho realizado a
176 análise sobre os resultados alcançados à época. Cita sobre informações Orçamentárias, sendo a
177 consideração que feita de que o Conselho Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de
178 Saúde tem recebido informações referentes a Execução Orçamentária e Financeira, regularmente
179 realizando apurações sobre os dados de receitas e despesas executadas, porém que não possui
180 capacidade técnica específica para sua análise, desta forma quadrimestralmente são pelos técnicos
181 da Secretaria de Finanças ou da Secretaria de Saúde, detalhadas as informações, sendo suas
182 apreciações realizadas junto as Reuniões Plenárias. Informa sobre o item de Auditórias a Secretaria

183 e coloca que referente ao período de 2019 o Município não passou por processo de Auditoria, e/ou
184 o Conselho Municipal de Saúde não tem ciência e informações sobre processos específicos de
185 auditorias realizadas nesse período. Observa que o Município ainda não integra o Sistema Nacional
186 de Auditoria e finalizando a temática do DigiSus, cita sobre as Análises e Considerações Gerais,
187 aborda que o Conselho observa que as ações de Serviços de Saúde tem sido conduzidas
188 adequadamente, tendo o Gestor Municipal procurado realizar em plenitude as necessidades
189 assistenciais e de cobertura a população, sobre a ótica do Controle Social, registrando o empenho e
190 conduta positiva da Gestão em Saúde. O Presidente Zanatta diz que a Mesa estava disponível para
191 alguma colocação dos membros, registrando que seria executado a alteração proposta pelo
192 Conselheiro Alecsandro. Neste contexto, a Conselheira Iyá Joilda expõe que as certificações
193 dessas informações acabam se remetendo as Comissões Permanentes, ou seja, os trabalhos das
194 Comissões que não estão sendo executados é que possivelmente irão detectar todas essas
195 informações que o DigiSUS está solicitando. Ato contínuo, o Presidente Zanatta cita sobre o Ofício
196 de nº 02 de 2021, informando que o mesmo foi direcionado à Secretaria, sendo submetido a Mesa,
197 expediente gerado pela Comissão de Finanças, sendo realizado um esboço de atividades,
198 abordando sobre a Demanda dos Hospitais, que houve uma discussão referente ao formato de
199 cada contrato, na qual será detalhado com a HONPAR, pois a Conselheira Márcia colocou que tem
200 uma contratualização global, enquanto a Santa Casa tem uma para HOSPSUS, outra para a Rede
201 Mãe Paranaense e outro Termo de Fomento com a Prefeitura, enfatizando que a Comissão irá se
202 apropriar dessa temática. O Presidente Zanatta reporta ao Conselheiro Moacir, para fazer
203 comunicado sobre a Transição Político Administrativa do Município, e o Conselheiro Moacir explana
204 que houveram algumas mudanças no qual o Sr. Luiz Chaviole assumiu a Gerência do 18 Horas do
205 Flamingos, enfatizando que gostaria de deixar registrado a alteração da estrutura física da
206 Imunização, na Vigilância Sanitária, ocorrida na data de hoje e que o local não oferecia uma
207 segurança adequada, com entendimento que com isso o fluxo de trabalho será mais adequado.
208 Informa também que a Sra. Raquel que estava na Coordenação do 24 Horas passou a integrar na
209 equipe de Imunização, vindo para somar, uma vez que tem a colaboradora Sra. Isabel, que é uma
210 referência de muitos anos. Relata que recentemente a Sra. Denise que era Gerente no 18 Horas do
211 Flamingos, assumiu a Gerência do 24 Horas e que a empresa vencedora do certame para a
212 Terceirização do 24 Horas foi a Humaniza com sede no Município de Colina – SP, relata que a
213 mesma terá um prazo para assumir os trabalhos, provavelmente entre Março e a primeira quinzena
214 de Abril, pois terão que realizar um processo de contratação. O Conselheiro Moacir aborda que
215 esse fato gerará uma demanda devido ao período de Pandemia, pois no 24 Horas o atendimento
216 exclusivo é do público infantil, diz que foi iniciado a Campanha de Vacinação e que espera articular
217 com a equipe para que os atendimentos não sejam prejudicados nessa fase da Pandemia, mas
218 expõe que é provável voltar o Pronto Atendimento Infantil na UPA, sendo que será feito algumas
219 mudanças, para não haver atendimento do COVID junto com adultos que não seja COVID, assim
220 como o atendimento infantil, e solicita a colaboração do Conselho para acompanhar todo esse
221 processo, independente de ter Comissão; frisando que devido a Sede do Conselho estar no Centro
222 de Especialidades Jaime de Lima facilita caso haja alguma dúvida possa ser direcionada ao
223 Conselho. Cita também que o enfermeiro Sr. Marcelo permanece como Gerente do 18 Horas do
224 Palmares, que o Sr. Maicon que estava em cargo administrativo retorna como Gerente do 18 Horas
225 do Petrópolis, que os enfermeiros Srs.(a) Juraci e Márcia estão na direção da UPA, dando um bom
226 retorno e respaldo técnico, que a Sra. Fabiani está na Coordenação da Atenção Básica e auxiliando
227 dois processos durante a Campanha de Vacinação, e as outras alterações foram pequenos ajustes
228 como mudanças de cargo devido a nomenclatura, passando a utilizar a correta e pretende continuar
229 realizando adequações no decorrer do ano, evitando ter transtorno futuros, cada um
230 desempenhando a sua função, e que algumas coisas do organograma precisarão ser mudadas,
231 mas neste ano devido o decreto de calamidade pública, não se pode criar cargo, ou que algo gere
232 ônus ao Município, mas o que for possível dentro dessas adequações serão feitas, e menciona que
233 na medida que serão realizadas alterações comunicará ao Conselho, e reporta aos membros que
234 possam fazer questionamentos em relação ao contrato que já fora publicado, assim como
235 encaminhado a estes. O Presidente Zanatta coloca como sugestão que como os Conselheiros
236 Robério, Alecsandro e Márcia fazem parte da Comissão de Fiscalização, assim como a Comissão
237 de Finanças que está representada nesta Plenária pela Iyá Joilda e Madalena, que fossem
238 elencados membros para estar presente sempre quando o Conselheiro Moacir tiver um ato
239 relacionado com essa temática e se estiverem de acordo que possam fazer a indicação de um pelo
240 menos um Conselheiro. O Conselheiro Moacir complementa ressaltando que todos os servidores
241 que estão locados no 24Horas serão remanejados em outros postos de trabalho dentro da
242 Secretaria, pois será feito um processo onde a empresa terceirizada será responsável pela

243 contratação de todos os profissionais e reporta-se ao Conselheiro Sérgio informando que perante
244 alguns questionamentos, ainda não obteve resposta referente se um profissional que trabalha pela
245 Secretaria de Saúde pode participar do processo seletivo que a empresa Humaniza realizará, mas
246 enfatiza que conseguindo essa informação transmitirá aos Conselheiros. A Conselheira Iyá Joilda
247 relata que houve esse questionamento para a mesma, através de um funcionário público, se este
248 poderia participar desse processo seletivo e questiona ao Conselheiro Moacir como ficará a
249 situação desses servidores, ao que este expressa que já foi explicado que os mesmos serão
250 remanejados, que no contrato de gestão coloca que todos os equipamentos do 24 Horas serão
251 utilizados pela empresa e toda a mão de obra e insumos a mesma fornecerá. Diante dessa
252 articulação a Conselheira Márcia questiona se será possível a contratação desse servidor para a
253 empresa terceirizada ou será necessário a solicitação de demissão para posterior contratação, ao
254 que o Conselheiro Moacir afirma novamente não ter essa resposta no momento, comprometendo-
255 se a informá-la quando obter. O Conselheiro Sérgio expõe que é possível que esses servidores
256 possam também trabalhar nessa empresa, no qual dependerá do grau de profissão deles, pois sabe
257 que tem algumas como médicos que podem e o Presidente Zanatta diz que apenas não poder ter
258 sobreposição de carga horária. O Conselheiro Robério também questiona se a terceirização não
259 seria um grupo privado, uma vez que o recurso para pagamento vem do Município. Nesta ocasião,
260 o Conselheiro Alecsandro com a palavra informa que algumas profissões são permitidas por lei ter
261 até dois vínculos públicos, sendo professor e médico, assim como pode ser servidor público e
262 trabalhar em empresa particular e que há vários servidores da Saúde como enfermeiros, que
263 trabalham na Santa Casa ou na HONPAR, ao que o Presidente Zanatta relata que tem
264 conhecimento de profissionais concursados da área da enfermagem na cidade de Londrina que são
265 servidores do Estado e do Município e os Conselheiros Márcia e Alecsandro abordam que esse fato
266 não pode. Nesse momento o Conselheiro Sérgio menciona que sendo o mesmo técnico com carga
267 horária de 6 horas, não poderá fazer um concurso para o Estado para a mesma carga horária, pois
268 ultrapassará o que é permitido por lei, que são dez horas, gerando um futuro problema jurídico. Ato
269 contínuo, o Presidente Zanatta informa ao Plenário que obteve o recebimento de um computador na
270 sala do Conselho para que o Secretário Raul possa utilizar e ressalva que o equipamento era do
271 Centro de Especialidades Jaime de Lima, sendo fornecido pelo Secretário de Saúde. Segue
272 fazendo referência do documento recebido e enviado a todos os Conselheiros da Recomendação
273 Administrativa Encaminhada do Grupo Especializado de Proteção ao Patrimônio Público do
274 Combate a Improbidade Administrativa- GEPATRIA, enfatiza que essa ação é própria da COMFIN,
275 que deixará uma cópia para a representante Conselheira Iyá Joilda e cita que foi gerado por esta
276 Comissão um expediente com a solicitação de informações para o Município de todo o elenco de
277 serviços contratados, assim como de todas as licitações e prestadores de serviços, para apropriar
278 destas questões e complementa dizendo que as informações das licitações se encontram no site da
279 Prefeitura - Portal da Transparência. Informa também que a recomendação do GEPATRIA solicita
280 que seja observado e implementado as referidas diretrizes como planejamento da licitação,
281 modalidade de licitação, orçamento e pesquisa, orçamento prévio, lotes e todas as questões que
282 precisam ser seguidas para a legitimidade dos processos de compra de um modo geral. O
283 Presidente também expõe ao Plenário que o Conselheiro Durval esteve presente no início da
284 reunião, precisando se ausentar para resolver uma situação na Santa Casa, mas que foi entregue
285 documento da Entidade demonstrando preocupação e que verificará junto com o Conselheiro
286 Moacir todo o trâmite, a cronologia referente ao andamento para o Termo de Fomento do Município
287 e que como é de conhecimento de todos, foi solicitado pelo Setor Jurídico do Município a Ata de nº
288 286, com a pauta integral da Santa Casa, na qual se gerou ampla discussão e aprovação do
289 Conselho ao Fomento, mas que a Entidade está há dois meses sem recebimento. Faz referência da
290 lista de vacinação que a Santa Casa entregou, assim como da Recomendação Administrativa que a
291 SESA enviou sobre a prioridade de vacinação para profissionais de Saúde que trabalham na linha
292 de frente com atendimento a pacientes contraídos pelo COVID-19, idosos acima de 60 anos
293 vivendo em ILPIs, Asilos, Casas de Repouso e/ou Albergues, portadores de deficiência com mais
294 de 18 anos institucionalizados, indígenas de terras homologadas, e foi passado uma lista com as
295 faixas etárias, com um elenco de um milhão e duzentas e setenta e duas mil pessoas, a referida
296 recomendação solicita o comprometimento do Gestor para seguir o grupo de ordem e a
297 incumbência do Conselho para a fiscalização e acompanhamento. O Conselheiro Moacir informou
298 ao Plenário que foi realizado seguindo a recomendação da SESA o Plano Municipal de Vacinação e
299 frisa que mesmo assim o Município de autonomia, e que foi executado alguns anexos que se
300 encontram no Portal da Prefeitura, link do COVID com todas as informações, e sendo assim foi
301 colocado a vacinação para os profissionais que trabalham na APAE, por terem contato direto com o
302 grupo de vulnerabilidade, e tem como prioridade os profissionais de Saúde que atendem SUS,

303 médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, técnicos de radiologia, técnicos de laboratório, assim como
304 as clínicas credenciadas pelo Município que tem em sua equipe esses profissionais. O Conselheiro
305 Moacir complementa expressando que a recepção no momento não foi adicionada pela escassez
306 de doses e que começou a pautar sobre os acadêmicos que estão concluindo a graduação em
307 medicina, no qual estão fazendo estágio na HONPAR, que também é um Hospital Escola que
308 recebe alunos das instituições PUC de Londrina e da Uningá em Maringá, e que devido este fato
309 enviou um questionamento ao Estado sobre a vacinação destes acadêmicos, para ter conhecimento
310 de quem era a responsabilidade pela vacinação destes alunos, se seria por este Município, pelo
311 Município onde a Instituição está locada ou por seus respectivos locais de origem, se dispendo a
312 Regional de Saúde que se fosse encaminhado doses complementares assumiria o compromisso de
313 vacinar esses alunos; e afirma que houve o recebimento de mais doses, com o posicionamento que
314 os profissionais da HONPAR e da Santa Casa independente se estão trabalhando na linha de frente
315 precisam ser vacinados, e complementa que está sendo executado seguindo o grupo prioritário
316 nesses locais, menciona também que gostaria de colocar ao Conselho que quando houvesse a
317 vacinação na HONPAR, tivesse a possibilidade de iniciar a vacinação aos acadêmicos que residem
318 em Arapongas. Nesta ocasião o Presidente Zanatta aborda que tem entendimento que esses
319 alunos precisam ser vacinados neste Município, uma vez que este é o campo de atuação de risco,
320 local de trabalho e o Conselheiro Alecsandro expõe que há uma confusão entre residentes que
321 ficam durante um ano e os acadêmicos que ficam um mês, coloca que a primeira coisa é ter o
322 estágio formalizado, ser aluno do quinto e sexto ano, preferencialmente residente no Município e
323 cita que os alunos não estão sendo vacinados, porque os estagiários, sendo que o Governador
324 através do primeiro Decreto da Pandemia determina o afastamento dos estagiários da linha de
325 frente, ao que a Conselheira Márcia relata que os acadêmicos de medicina quinto e sexto ano não
326 foram dispensados das aulas presenciais. O Conselheiro Alecsandro questiona se estes foram
327 dispensados do atendimento aos pacientes contagiados pelo COVID, e a Conselheira Márcia diz
328 que os alunos não tiveram seus estágios interrompidos. O Conselheiro Alecsandro novamente
329 pergunta sobre os estágios no COVID, se estão fazendo, e a Conselheira Márcia diz que também.
330 Com a palavra o Conselheiro Alecsandro expressa que é vedado, sendo um absurdo e que se a
331 Conselheira Márcia está relatado isso, o Conselho tem que se apropriar dessa informação, pois o
332 estudante não pode ser colocado em uma situação na qual se configura acidente de trabalho,
333 sendo criminoso, enfatizando que a Instituição e o Hospital precisam ser denunciados, pois os
334 estudantes precisam ser preservados. O Presidente Zanatta então coloca que há duas
335 recomendações na qual criam um vigor para o Conselho signficante, pois o GEPATRIA encaminhou
336 o documento para o Presidente da Câmara, e ao Presidente do Conselho, sendo entregue a
337 COMFIN para que esta com o apoio da Mesa trace perfil de atuação sobre aquela ótica, e que faz a
338 sugestão que seja colocado a disposição da Comissão de Fiscalização, sendo que a mesma poderá
339 ter posicionamento a partir da fiscalização e acompanhamento. A Conselheira Márcia aborda que
340 em relação a vacinação para os acadêmicos é pertinente, pois se encontram dentro do Hospital, e
341 sendo este uma referência para o COVID, é uma porta de entrada, na qual recebem pacientes com
342 suspeita e confirmados, com maior potencial do que qualquer outro ambiente de Saúde, e frisa que
343 houve maior número de casos dentro da HONPAR, pois teve pacientes que foram internados com
344 outro diagnóstico e contraindo o vírus no local, assim como os profissionais, e que acredita que
345 dentro dessa Instituição todos deveriam ser vacinados. Ato contínuo o Conselheiro Alecsandro diz
346 que estão passando a mão em uma situação, pede desculpas aos colegas que não lembram da
347 denúncia que a Conselheira Márcia trouxe e depois se apropriará dessa Ata, que os estudantes
348 estão atendendo COVID e a Conselheira Márcia diz que não estão atendendo dentro da Unidade
349 COVID, mas que estão atendendo dentro do Hospital onde tem COVID, pois pode ter COVID na
350 Clínica Médica, na Clínica Cirúrgica, na UTI, e que como não pode se houve surto de COVID. O
351 Conselheiro Alecsandro se reporta à Conselheira Márcia e pergunta quantos estudantes de
352 medicina foram contaminados dentro do Hospital, ao que a Conselheira responde que por enquanto
353 nenhum e após diz que não sabe, não podendo falar, mas afirma que teve residentes
354 contaminados, como ela própria teve COVID, porém sem estar atendendo a pacientes. O
355 Conselheiro Alecsandro menciona que a mesma circula por todo o Hospital e a Conselheira Márcia
356 diz que todos circulam, e interroga, por onde eles andam, o Conselheiro Alecsandro cita que os
357 internos não podem circular, indagando novamente se o setor de COVID não está fechado, isolado,
358 e a Conselheira Márcia diz que está, e novamente o Cons.Alecsandro interpela dizendo, se está
359 isolado porque eles andam. O Presidente Zanatta com a palavra diz que propõe é que o
360 Conselheiro Alecsandro pegue esse instrumento, estando pautado no Regimento e que eles
361 precisam ir lá fazer uma visita, ao que o Conselheiro Alecsandro diz, dirigindo-se ao Cons. Zanatta
362 que estamos falando de um momento em que tem que ter menos pessoas circulando dentro das

363 Unidade e está sendo proposto uma Comissão com aglomeração de pessoas para fazer uma visita,
364 não é necessário, ao que o Presidente Zanatta diz que não é necessário ir a Comissão inteira, que
365 poderão ir duas pessoas, ao que o Conselheiro Alecsandro expõe que não é necessário ir uma,
366 duas ou três pessoas, porque o que tem é que peneirar a lista, ver quem é o aluno de quinto e sexto
367 ano e que mora em Arapongas, e os técnicos de enfermagem. O Presidente Zanatta diz que será
368 solicitado, ao que a Conselheira Márcia diz que é isso, que quer uma definição, porque esses
369 meninos merecem ser vacinados, porque estão em risco, e circulam dentro de um ambiente
370 potencialmente contaminado, e o Conselheiro Alecsandro afirma que a população toda será
371 vacinada, e que o elenco que vem da Secretaria de Saúde, uma Recomendação que coloca item
372 por item quais são as prioridades e que esta tem que ser pautada. Nesse momento o Presidente
373 Zanatta diz que é necessário fazer o registro, identificando falhas, que ao menos estarão cumprindo
374 com a obrigação e o que não pode é enxugar, passar mão, não ver e não dar atenção, ao que a
375 Conselheira Márcia pede um pouco de coerência, abordando que tem muitos funcionários que
376 residem em Sabaúdia, e são enfermeiros, e o Presidente se reporta à Conselheira dizendo que
377 esses profissionais precisam ser vacinados, e que o Conselheiro Moacir já deixou claro, entregando
378 sobre responsabilidade de um Prestador de Serviço para listar quem são as prioridades pelo grupo
379 de frente da Instituição, quem está sobre risco, quem está em potencial contato, e pergunta se já foi
380 entregue essa lista para o Conselheiro Moacir, e o mesmo afirma que sim, e complementa dizendo
381 que o próprio Estado abre para todos os profissionais em relação ao âmbito Hospitalar, que no
382 começo era só COVID, mas a pressão foi grande, e que todos os profissionais do Santa Casa estão
383 sendo vacinados, assim como todos os servidores da Secretaria de Saúde foram vacinados. O
384 Presidente Zanatta diz que só através de informação poderá ser feita uma crítica, e que precisa ser
385 colocado ou através da Ata ou de um Relatório e que o papel do Conselho está claro, regimental,
386 sendo uma discussão já realizada sobre a ótica da fala da Conselheira Márcia, sobre a função de
387 fiscalização, e que são ao contrário da fala da mesma, e que cabe ao Conselho fazer a fiscalização,
388 indo *in loco* para observar, porque não sabe como é o Setor de COVID no local, por não ter uma
389 planta, um layout, por não saber como é o funcionamento, e que poderia ir dois técnicos da
390 Conselho com dois profissionais da HONPAR para fiscalizar. A Conselheira Márcia nesse momento
391 cita sobre a Santa Casa, por a mesma não ser Hospital de referência, e indaga a Plenária como o
392 COVID circulou dentro da Santa Casa, porque estão sendo vacinados. O Conselheiro Alecsandro
393 menciona que os funcionários da Santa Casa são mal amparados quanto aos do João de Freitas
394 que precisam fazer dupla jornada em outros locais, atendendo COVID, e se reporta a Conselheira
395 Márcia dizendo, seus residentes não atendem COVID dentro do Hospital mas ganham uma miséria
396 ou fazem plantão na UPA na área do COVID, com esse fato o Presidente Zanatta diz que cabe
397 fiscalização, e que o mesmo está voltando na mesma situação, afirmando que residente não pode
398 atuar fora do local de residência, que está no termo do MEC e no termo do CRM, e que submete a
399 Plenária se os mesmos concordam que é uma situação que pode ser lançada primariamente para a
400 Comissão, porque se não for dessa forma a Mesa precisará se apropriar dessa questão, ao que o
401 Conselheiro Alecsandro menciona que a Plenária precisa tomar uma decisão, pois o pedido já está,
402 internos que sejam, residentes de Arapongas independente da faculdade que estude, que façam
403 estágio aqui. O Presidente Zanatta questiona ao Conselheiro Moacir se o Estado fornecerá as
404 vacinas, ao que o mesmo diz que ainda não obteve essa resposta, o Presidente diz que tem o
405 entendimento que todos os internos que o Hospital considera linha de frente devem ser vacinados,
406 independente do local de origem ou de residência, sobre a ótica do Estado fornecer a vacina, e não
407 do Município comprar, cabendo julgamento. O Conselheiro Moacir afirma que não está havendo
408 compra, sendo um recurso do Governo Federal, e seguindo a lógica dos funcionários que a
409 Conselheira Márcia comentou, vacinaria todos os internos, mas que a questão é a escassez de
410 doses que precisam ser priorizadas nesse momento, sendo necessário ter um início, e que seja
411 então pelos acadêmicos ou internos que são residentes de Arapongas, e a Conselheira Márcia diz
412 que os acadêmicos da UEL que estão atuando no H.U estão vacinados. Ato contínuo, o Conselheiro
413 Sérgio cita que fez uma colocação ao Conselheiro Moacir, que como é funcionário da Vigilância
414 Sanitária por qual motivo não é linha de frente do COVID, frisa que o setor foi o sétimo da fila para
415 serem vacinados, enquanto outros municípios como Londrina, Apucarana e Rolândia a Vigilância
416 foi colocada como prioridade, e que esse fato foi questionado para o Conselho abertamente não
417 como uma provocação, mas sabe que tem outros que estavam recebendo a vacina não estando na
418 lista de prioridade e que comentou com o Presidente Zanatta que se este fato ocorreu será levado
419 para o Secretário para ser apurado, pois o mesmo recebe as doses e distribui para as Entidades, e
420 que precisa ter um consenso para trazer as pessoas que foram imunizadas, a lista completa, e o
421 Presidente Zanatta diz que a Mesa remeterá para a Comissão, fazendo a solicitação ao Secretário
422 e também a HONPAR da lista de todos os vacinados, e a Comissão estando na Secretaria com a

423 listagem verificará a movimentação que está sendo feita, sendo o que incumbe a Recomendação, e
424 obviamente será dado uma resposta a essa Recomendação, ressaltando também que
425 lastimavelmente a mesma não foi enviada para o Conselho, sendo uma falha por parte da Regional
426 de Saúde, mesmo obtendo todos os dados do Conselho, não encaminhou, e justifica que tem o
427 conhecimento do referido documento através do Conselheiro Alecsandro. O Presidente Zanatta cita
428 que ligou para a Regional com dois objetivos, no qual houve o atendimento do Sr. Benedito e que
429 por falha não fez uma carta de repúdio para a conduta desse profissional, de quanto da Conferência
430 Estadual não ter remetido um único documento desse Município para a Conferência, e que pediu os
431 ramais de todas as sessões da Regional, no qual a Sr. Benedito se negou informando sobre um
432 acidente natural, que não saberia como ficaria a questão dos ramais, assim como foi solicitado para
433 este o nome, endereço e telefone de todos os Conselhos Municipais de Saúde da 16º Regional ou
434 dos Presidentes, e foi pedido que para esta solicitação precisaria ser realizado formalmente através
435 de ofício. O Presidente com a palavra diz que desistirá, e que estas informações serão enviadas
436 via Conselho Estadual, pois a 16º Regional tem sido muito falha em responder ao Conselho, e
437 encerra a pauta. Dessa forma, o Conselheiro Alecsandro pede deliberação para a questão de
438 vacinação, sobre as prioridades, frisando também sobre a anemia falciforme, sendo um grupo de
439 risco, ao que Conselheiro Moacir diz que o questionamento foi feito para o Diretor da Regional, e
440 caso seja sinalizado positivamente dará o suporte, não estando omitindo, ressaltando novamente
441 que se tiver que começar por algum grupo que seja pelos Municípios, e posteriormente gera um
442 debate entre os Conselheiros sobre os grupos prioritários, de forma inconclusiva. O presidente de
443 Mesa Zanatta se reporta a Conselheira Ilyá Joilda que referente a lista de vacinação será através da
444 Secretaria de Saúde, ficando sobre responsabilidade da Comissão, e deu encerramento a Plenária as
445 22h00, agradecendo presença de todos, a qual por degravação, eu, Giziele Regina Ruiz Mendes –
446 Secretária Executiva, junto ao Presidente e Conselheiro Eucir Antônio Zanatta, em 08 de Junho de 2021
447 lavramos a presenta Ata.